



**PROCESSO TC nº 16.970/21**

**RELATÓRIO**

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente da Paraíba Previdência, **Sr. Jose Antonio Coelho Cavalcanti**, concedendo aposentadoria voluntária com proventos integrais a **Sra. Maria José Cordeiro dos Santos**, matrícula nº 143.564-7, Professor de Educação Básica 1, lotada na Secretaria de Estado da Educação, que contava, à época, com 32 anos, 01 mês e 22 dias de tempo de contribuição e idade de 59 anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPjTCE.

É o relatório.

***Antônio Gomes Vieira Filho***  
Conselheiro - Relator

**VOTO**

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo [Portaria – A – Nº 0617] e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

***Antônio Gomes Vieira Filho***  
Conselheiro - Relator



## 1ª Câmara

Processo TC nº 16.970/21

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): *Maria José Cordeiro dos Santos*

Órgão: **Paraíba Previdência**

Gestor Responsável: *Jose Antonio Coelho Cavalcanti*

Procurador/Patrono: **Não Há**

Aposentadoria voluntária com proventos integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 – TC nº 0039/2022

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do **Processo TC nº 16.970/21**, referente aposentadoria voluntária com proventos integrais da *Sra. Maria José Cordeiro dos Santos*, matrícula nº 143.564-7, Professor de Educação Básica 1, lotada na Secretaria de Estado da Educação, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório [Portaria – A – Nº 0617], tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

**Publique-se, registre-se e cumpra-se.**

**TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 27 de janeiro de 2022.**

Assinado 31 de Janeiro de 2022 às 12:04



**Cons. Antônio Nominando Diniz Filho**  
PRESIDENTE

Assinado 28 de Janeiro de 2022 às 09:55



**Cons. Antonio Gomes Vieira Filho**  
RELATOR

Assinado 30 de Janeiro de 2022 às 12:04



**Elvira Samara Pereira de Oliveira**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO